

Decisão sobre dívida dos estados é adiada

Est. estaduais

BRASÍLIA — Pressionada por governadores e prefeitos, a Comissão Mista do Orçamento barrou a proposta do presidente Fernando Collor de incluir, na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), um veto à rolagem integral da dívida externa de estados, municípios e suas empresas em 1991. Embora o senador José Richa (PSDB-PR), relator do projeto, tenha encampado a proibição do governo, a comissão, que aprovou ontem o projeto da LDO, adiou a discussão para setembro, quando votará o Orçamento Fiscal do ano que vem. Tradicionalmente, o plenário do Congresso homologa o projeto aprovado pela comissão.

A austeridade do governo no próximo ano deve ser maior que a pretendida por Collor. Pelo projeto do governo, os gastos com pessoal e custeio seriam os mesmos deste ano. Mas a comissão aprovou corte de 10% nestas despesas para, em contrapartida, garantir que

15% da arrecadação dos impostos sejam detinados a investimentos. Além da receita tributária, a comissão destinou parte dos recursos arrecadados com os Certificados de Privatização para investimentos. Pelas contas dos assessores da comissão, o governo terá, agora, cerca de US\$ 2,2 bilhões para investir.

“Fiz uma concessão, ao permitir o adiamento desta discussão”, argumentou Richa, que, na véspera da votação, não se cansava de repetir que o governo federal não terá condições de financiar a dívida dos estados e municípios no próximo ano, orçada em US\$ 2,4 bilhões. Para alegria do secretário-adjunto de Fazenda de São Paulo, Atilio Gerson Bertoldi, que acompanhou toda a votação, apenas os deputados César Maia (PDT-RJ) e José Serra (PSDB-SP) votaram a favor da proposta de Collor. O governo não enviou representante para defender sua proposta.